

IX Seminário de Pesquisas FESPSP - “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 13: Catalogação e Metadados para o Patrimônio Cultural

Arquivos pessoais: custódia e acesso nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

Cibele de Carvalho de Oliveira¹
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: esta pesquisa trata-se de um estudo comparativo a respeito das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos existentes nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país, tendo como foco os arquivos pessoais. Apresentou como principal objetivo o levantamento da existência de arquivos pessoais custodiados pelas instituições de documentação presentes nessas regiões. O estudo foi desenvolvido como atividade de conclusão da disciplina Arquivos Pessoais: políticas institucionais, importância para a pesquisa e procedimentos de arranjo e descrição, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Sergipe. A escolha das regiões foi feita levando em consideração as suas diferenças geográficas e socioculturais. O levantamento se deu segundo informações disponibilizadas no site do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq. As entidades custodiadoras oficialmente registradas, foram dispostas, por Estado, e foram identificadas quais instituições abrigam em seus acervos, arquivos pessoais, ou seja, documentos que foram produzidos e acumulados durante a vida de personalidades locais ou nacionais e que posteriormente foram doados às instituições pelos próprios ou por seus familiares. No que se refere ao acesso, foi verificada a disponibilização de acesso remoto por parte das instituições pesquisadas ao conteúdo de seus acervos e, nos casos afirmativos, quais ferramentas de pesquisa são oferecidas à comunidade.

Palavras-chave: Arquivos. Entidades custodiadoras. Arquivos pessoais. Acesso.

1 INTRODUÇÃO

¹ Bibliotecária-Docamentalista pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe. <https://orcid.org/0000-0001-9294-9755> <http://lattes.cnpq.br/8951752587370786>. Email: cibeledcarvalho@hotmail.com

Segundo o estudioso americano Richard J. Cox (2017) o ato de colecionar é “um instinto humano básico”. Embora colecionar e acumular o que é recebido e produzido por uma pessoa em vida sejam coisas distintas, durante essa mesma vida, para além de sua documentação adquirida e construída, este indivíduo pode acumular itens em forma de coleções que, posteriormente possa vir a apresentar um valor histórico mensurável. A respeito da formação dos arquivos enquanto instituições de guarda, autor acrescenta que:

o impulso de colecionar e preservar é essencialmente pessoal, tanto que a maior parte dos recolhimentos feitos pelos arquivos são inicialmente filtrados pelas mãos de uma única pessoa. Frequentemente, acervos institucionais têm início sob a forma de vários acervos individuais. (COX, 2017. p. 26-27).

Para maioria das pessoas a palavra “arquivo” remete à um lugar onde são armazenadas pilhas e mais pilhas de documentos que não possuem mais serventia imediata. É essa imagem que nos é passada desde cedo. Foi arquivado? Então não tem mais aplicação relevante, e a decisão de guarda dá-se muitas vezes apenas como meio de prevenção quanto à questões jurídicas potenciais.

Esses documentos de arquivo preservados em instituições arquivísticas carregam em si informações, que ao serem extraídas e devidamente analisadas ajudam a reconstruir o cenário cultural, político e social da época em que foram produzidos. São potenciais fontes primárias de pesquisa para diversas linhas de estudo, o que faz de interesse de todos zelar por sua preservação, assim como proporcionar acesso o mais rápido e direcionado da melhor forma possível.

Nesse âmbito, os arquivos pessoais, que até pouco tempo atrás não eram bem quistos dentre os profissionais da arquivologia, vêm ganhando espaço nas discussões e se posicionando como um novo campo de pesquisa e trabalho. Vemos em Vam de Berg (2019) que:

[...] até o século XIX era raro este tipo de acervo ser encontrado em instituições arquivísticas e os mesmos acabavam por integrar acervos de bibliotecas ou museus, uma vez que não havia o reconhecimento da validade dos conjuntos de natureza pessoal por parte das instituições arquivísticas (VAM DE BERG, p.v13, 2019).

A autora esclarece que “os estudos históricos, sociológicos e antropológicos despertaram a atenção por esse tipo de documentação que tem um valor social e cultural imensuráveis, constituindo-se como um valioso patrimônio documental”.

Ainda assim, a opção pela guarda desses documentos pertencentes a personalidades e/ou famílias que prestaram importantes contribuições sociais caminha a pequenos passos dentre as instituições arquivísticas. Neste estudo que se segue, observar-se-á que, entre as regiões analisadas, muito poucas dispõem de fundos pessoais em seus acervos.

Embora, a dificuldade e/ou inexistência de ferramentas de acesso remoto não nos permita uma análise mais detalhada².

2 METODOLOGIA

Como método para a elaboração deste estudo será utilizada a pesquisa bibliográfica. Tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, qual recorrerá a fontes tais como livros, artigos científicos, teses e dissertações, assim como a coleta de dados em sites da internet.

O levantamento bibliográfico deu-se a partir de textos de autores essenciais, tais como Schellenberg, Bellotto e Camargo, além de consulta de artigos em sites específicos, tais como a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), o BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação).

Também foi consultado o site do CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), com o intuito de obter informações acerca das entidades custodiadoras e acervos arquivísticos das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do país. A priori, foi pensado apenas as Regiões Norte e Centro-Oeste para essa análise, no entanto, observou-se que, por apresentar uma quantidade reduzida de informações, decidiu-se acrescentar dados de uma terceira região, o sul, para as devidas comparações.

No referido site, encontra-se uma listagem de todas as entidades custodiadoras oficialmente registradas no Conarq. Seguindo essa lista, encontra-se links para obter-se informações mais específicas de cada instituição.

Desta forma, os métodos da pesquisa consistem na leitura de textos clássicos, artigos e na consulta de dados das instituições da região acima mencionada.

3 ARQUIVO EM SUAS DEFINIÇÕES

No mundo contemporâneo, ao pronunciarmos a palavra “arquivo” ainda é subentendido como um depósito de documentos e papéis de qualquer espécie, para onde são sempre enviados esses documentos, várias dessas vezes para mãos sem nenhuma noção de organização e/ou do valor que as informações ali contidas possam vir a ter. Todavia, o conceito real de arquivo, é amplo e diversificado, graças aos muitos estudiosos da área.

Mesmo com essa variação quanto ao significado, de um autor para outro, dependendo do contexto, tais significados assemelham-se, requerendo um cuidado especial ao tratarmos do conceito de arquivo.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (2005, P.

² A situação de pandemia e isolamento social em que nos encontramos impossibilitou o contato com as instituições, de modo que a pesquisa precisou ser realizada através de consulta remota.

27), apresentam-se as seguintes definições do que seja arquivo:

1. O Conjunto de documentos produzidos e acumulados uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos (2). 4. Móvel destinado à guarda dos documentos.

O arquivista americano Theodore Schellenberg (2004), aborda o termo arquivos (archives) em seu livro *Arquivos Modernos* como de origem grega e segundo ele é definida pelo *Oxford English Dictionary* como: “a) lugar onde são guardados os documentos públicos e outros documentos de importância, e b) registro histórico ou documento assim preservado”. O autor ainda define “arquivos” como sendo:

Documentos de qualquer instituição pública ou privada, considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e pesquisa, tendo sido depositado ou selecionado para depósito num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2004, p. 41).

Outra definição de arquivo nos vem de Paes, ao afirmá-los como sendo uma

Acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (PAES, 2004, p. 16).

Tendo uma definição tão ampla, torna-se necessário que o arquivo não seja definido por um único conceito. A junção e análise a partir de vários destes resultará na obtenção de um significado mais abrangente e adequado ao contexto. É fulcral que nos mantenhamos atentos à importância que o arquivo tem no que se diz respeito a guardar, preservar e difundir a informação nele contido, que com o contínuo aumento da massa documental, necessita cada vez mais, não apenas de um local adequado para essa custódia, mas de mecanismos que promovam cada vez mais acesso as informações neles contidas, como nos mostra a resolução nº 27, de 16 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Arquivos (2008), que afirma ser:

dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p.7).

Em seu *Tratado de Documentação*, Paul Otlet (2018, p. 6) define o arquivo histórico como sendo “formado por documentos antigos, comumente manuscritos e originais, relativos à administração de tempos passados e compreendem principalmente a documentação

dos organismos públicos e os documentos privados de famílias e de estabelecimentos comerciais”.

Esses acervos preservam a representação de um povo ou sociedade contidos na história e que se fizeram presente desde a antiguidade clássica, quando no mesmo período questões sobre organização do Estado também estavam em evidência.

Segundo Schellenberg (2006) “para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo.”. Originalmente tendo como definição abarcada pelos arquivistas como os documentos produzidos e abrigados tendo como proveniência o contexto administrativo-organizacional, os conceitos de arquivos vem sofrendo alterações de acordo com as mudanças políticas e culturais por quais passam constantemente as sociedades.

4 ARQUIVOS PESSOAIS

Os outrora chamados **Arquivos Pessoais**, que hoje devem ser mais sabiamente chamados de **arquivos de pessoas**, de uma pessoa e/ou de outra, denotando uma individualidade como nos mostra Camargo (2009) são documentos que se acumulam ao longo da vida de uma pessoa, e carregam em si uma gama de informações que dizem respeito às particularidades da existência desse indivíduo, mas também refletem as características político-sociais do período em que ele esteve inserido, o que os torna também fontes primárias de pesquisas para os mais variados estudos.

Entretanto, esses itens documentais nem sempre foram aceitos como sendo documentos de arquivo, como é possível ver em Oliveira (2010) quando o mesmo afirma que “o conceito de documento de arquivo sempre esteve muito ligado aos processos administrativos, organizacionais, ou seja, apenas o documento produzido no ambiente corporativo era reconhecido pelos arquivistas.”

Em Oliveira (2010) observa-se que, por muito tempo, sendo vistos e tratados como **coleções**, “os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação” Ainda segundo o autor, obtêm-se a seguinte definição:

Entendemos “arquivo pessoal” como conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (OLIVEIRA, 2010, p.35).

Embora a arquivística tenha considerado ao longo dos anos como sendo um material pertencente a si apenas os documentos que foram criados para atender um fim específico, se faz necessária a compreensão de que os documentos de arquivo podem desempenhar outras funções informacionais além daquela que fora sua geratriz.

Somente com a percepção de que o documento de arquivo pode ser utilizado para outro fim, diferente daquele que lhe deu origem, podem ser entendidos como arquivísticos os documentos produzidos por um indivíduo. [...] Essa percepção implica no reconhecimento de valores que podem ser atribuídos aos documentos, como histórico, cultural e de pesquisa. (OLIVEIRA, 2010, p. 39).

Uma outra definição, similar à já apresentada, porém um pouco mais abrangente, para o que sejam “arquivos pessoais” será encontrada em Belloto (2006):

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoa detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgados na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTO, 2006, p. 266).

Entende-se, a partir dos estudiosos, como o que deve ser considerado arquivos pessoais, os documentos produzidos a partir das atividades de pessoas que tiveram vidas ilustres, se destacaram em sua época e que tiveram suas obras imortalizadas segundo esses documentos que podem servir de fontes de pesquisa para estudos que intentam compreender as questões de cunho intelectual e política vigentes em determinado período temporal, como também fornecer informações que contribuam para desdobramentos científicos e sociais, como nos mostra Camargo ao apontar que:

Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura [...]. Na própria definição do universo abrangido pelo arquivo pessoal, o prestígio do titular é que determina, muitas vezes, a possibilidade de estendê-lo de modo a abarcar livros, objetos, móveis e, no limite, até mesmo espaços edificadas. Quando, ao contrário, se trata de “vidas que nada têm de extraordinário” as políticas institucionais tendem a estreitar essas fronteiras, seja retirando dos arquivos, para fins de preservação, apenas as espécies que supostamente atendem aos seus interesses de pesquisa, seja substituindo-os por relatos obtidos por meio da chamada história oral. (CAMARGO, p. 29, 2009).

Um indivíduo que durante sua vida, construiu uma obra que reflete o pensamento, uma estética, de um determinado grupo social, tornando-se assim, um marco histórico, deixa um legado que servirá para a construção de uma memória coletiva, a partir de sua memória individual, segundo Tognoli e Barros, que ainda nos faz o seguinte apontamento:

Arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de

um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época. (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 77).

As vivências e aprendizagens do indivíduo, as atividades desenvolvidas, os conhecimentos que construiu e compartilhou, as bandeiras que defendeu, suas contribuições para a sociedade em que estava inserido, todas essas informações se encontram preservadas em seus documentos pessoais. São representações físicas de memórias particulares que resistem ao tempo e atuam na manutenção da memória coletiva de um povo.

5 UMA ANÁLISE POR REGIÕES

Com base em informações fornecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos acerca das entidades custodiadoras oficialmente registradas, segue-se uma análise comparativa entre a situação dos acervos arquivísticos das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste do Brasil. Observar-se-á quais instituições possuem site, assim como quais disponibilizam alguma ferramenta de acesso aos seus documentos. Será notado também a incidência de guarda de fundos pessoais por estas instituições.

5.1 Região Norte

A região Norte do país consta com os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Abaixo, um quadro com as informações dessa região e seus respectivos Estados.

Quadro 1: Entidades custodiadoras de acervos arquivísticos da Região Norte do Brasil

ENTIDADE	SITE	FERRAMENTAS DE ACESSO AO ACERVO	ARQUIVOS PESSOAIS
ESTADO DO ACRE			
Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	Não	Não	Não
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre Reitoria	Sim	Não	Não
ESTADO DO AMAPÁ			
Arquivo Público Estadual do Amapá	Não	Não	Não*
Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo - CEMEDHARQ	Não	Não	Não*
ESTADO DO AMAZONAS			
Arquivo Público do Estado do Amazonas	Não	Não	Não*
Arquivo Público Municipal de Manaus	Não	Não	Não*
Assembleia Legislativa do Amazonas	Sim	Não	Não
Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região	Sim	Sim	Não
Instituto Federal do Amazonas - IFAM	Sim	Não	Não**
Museu Amazônico	Sim	Sim***	Sim
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	Não	Não	Não
ESTADO DO PARÁ			

Arquivo Central da Universidade Federal do Pará	Não	Não	Não
Arquivo Público do Estado do Pará	Não	Não	Não*
Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar	Sim	Não	Não
Centro de Memória da Amazônia	Não	Não	Não
Centro de Memória do Instituto de Geociências	Sim	Não	Não
Departamento de Arquivo Público Municipal de Curuçá	Não	Não	Não
Fundação da Criança e do Adolescente do Pará	Não	Não	Não
Instituto Evandro Chagas	Não	Não	Sim
Museu Paraense Emílio Goeldi	Não	Não	Sim
Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região	Não	Não	Não
ESTADO DE RONDÔNIA			
Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia	Não	Não	Não*
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Sim	Não	Não
ESTADO DE RORAIMA			
Arquivo Estadual de Roraima	Não	Não	Não
Instituto de Previdência do Estado de Roraima	Sim	Não	Não

Fonte: site do Conarq

* Não possui site, e a descrição do site do Conarq não informa claramente.

** Possui site, porém não dispõe de informações e não possui caracterização do acervo no site do Conarq.

*** Possui acesso a descrição dos fundos e algumas fotografias

Como observa-se no quadro acima, algumas das entidades possuem site, porém a maioria desses sites pertencem a algum órgão público e não apresentam nenhum espaço virtual direcionado ao arquivo, como nenhuma informação mais específica. Apenas uma das entidades custodiadoras de toda a região apresenta um site, disponibiliza alguma ferramenta de acesso e especifica dispor de arquivos pessoais em seu acervo, sendo ela o Museu Amazônico.

5.1.2 Museu Amazônico

Segundo informações disponíveis em seu próprio site, o Museu Amazônico é um órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que desenvolve suas atividades em prol da pesquisa, do ensino e da extensão, atuando em áreas indispensáveis para o conhecimento da Amazônia e de suas culturas. Foi criado em 1975, implementado somente no ano de 1989, encontra-se sediado na Rua Ramos Ferreira, 1036, no centro histórico da cidade de Manaus.

O Museu possui 06 divisões: Antropologia; Arqueologia; Difusão Cultural; Museologia, Pesquisa e Documentação Histórica e Paleontologia e Mineralogia, além de uma Biblioteca Setorial especializada em assuntos relacionados à Amazônia. Conta também com um vasto acervo documental, etnográfico e arqueológico que está disponibilizado para os pesquisadores.

Dentro do Museu encontra-se a Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica – DPDH, que tem como missão salvaguardar e disponibilizar conjuntos documentais relevantes para a história e cultura da região amazônica, assim como desenvolver pesquisas em sua área de atuação.

Dentro do site do museu, na página reservada à DPDH, encontram-se as descrições de apenas dois fundos, relativos aos arquivos pessoais de duas personalidades importantes do Estado. A saber:

Fundo Márcio Souza

Márcio Gonçalves Bentes de Souza, escritor e dramaturgo. Parte do acervo composto por condecorações e fotografias de peças de teatro dirigidas pelo escritor nas décadas de 1960-80. Os itens textuais ocupam uma dimensão de 2,21m, e conta ainda com 3 itens sonoros. O acesso se dá com algumas restrições, pois há necessidade de organização do acervo de equipamento que a facilite. (MUSEU AMAZÔNICO, 2020).

Fundo Thiago de Mello

Amadeu Thiago de Mello, poeta e tradutor amazonense. Na DPDH encontra-se documentos resultantes das relações pessoais do autor, como cartas e originais de sua obra. Na Biblioteca Setorial do Museu Amazônico encontra-se parte do acervo bibliográfico reunido pelo poeta e na Divisão de Museologia uma coleção formada por cartazes, certificados e diplomas, condecorações, objetos etnográficos, fotografias e objetos fúnebres que pertenciam ao autor. Os itens textuais ocupam uma dimensão de 5,69m. Para se ter acesso aos documentos existe a necessidade de agendamento, pois o acervo ainda se encontra em organização. (MUSEU AMAZÔNICO, 2020).

5.1.3 Tocantins

Algo que chama a atenção é que Estado do Tocantins não aparece na lista de entidades custodiadoras disponível no site do Conarq. Dessa forma, torna-se inviável a coleta de informações sobre a existência de acervos arquivísticos e as especificidades de seus fundos. Se em regiões que possuem entidades registradas oficialmente no Conarq nota-se uma pouca atenção quanto a preservação dos acervos e as políticas de acesso às informações neles contidas, imagina-se que essa preocupação por parte dos administradores seja inexistente em uma localidade que não disponibiliza para a comunidade nenhum registro de suas instituições de guarda de documentos.

5.2 Região Centro-Oeste

Quadro 2: Entidades custodiadoras de acervos arquivísticos da região Centro-Oeste do Brasil.

ENTIDADE	SITE	FERRAMENTAS DE ACESSO AO ACERVO	ARQUIVOS PESSOAIS
ESTADO DO MATO GROSSO			
Arquivo Central da Universidade do Estado de Mato Grosso	Sim	Não	Não
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso	Sim	Não	Não
Câmara Municipal de Rondonópolis	Sim	Não	Não
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT	Sim	Não	Não
Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso	Sim	Sim	Sim
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL			
Arquivo Histórico de Campo Grande	Não	Não	Não*
Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	Não	Não	Não
Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar	Sim	Não	Não
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Sim	Não	Não
ESTADO DE GOIÁS			
Agência Goiana de Habitação	Sim	Não	Não
Arquivo Histórico Estadual de Goiás	Não	Não	Não*
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Não	Não	Não

Fonte: site do Conarq

* Não possui site, e a descrição do Conarq não informa claramente.

5.2.1 Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso

A Instituição Arquivo Público data do ano de 1896, durante o Governo de Antônio Correa da Costa, o qual, por sua vez, delegou a sua organização a Estevão de Mendonça. Em 1931, o Dr. Artur Antunes Maciel, Interventor Federal em Mato Grosso, instituiu o Decreto nº 113, anexando arquivo à Biblioteca Pública, passando a denominar-se Biblioteca e Arquivo Público, vinculada à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde.

Com a criação da Secretaria de Estado de Administração, ocorrida durante o Governo de José Manuel Fontanilhas Fragelli (1972), o Arquivo Público desvinculou-se da Secretaria de Educação e Cultura, passando a fazer parte da estrutura da Secretaria ora criada, com a denominação de Departamento de Documentação e Arquivo.

Em 1979, o Departamento de Documentação e Arquivo passou a denominar-se "Arquivo Público de Mato Grosso", o que por sua vez ficou alterado, no ano de 2002, para Superintendência de Arquivo Público.

A Instituição tem como missão promover a gestão e o recolhimento dos documentos permanentes, de valor histórico, produzidos pelo Poder Executivo Estadual, preservar e facilitar o acesso aos documentos sob sua guarda e elaborar, acompanhar e implementar a política estadual de arquivos e protocolos.

Em seu acervo, a Superintendência de Arquivo Público abriga e disponibiliza o acesso à toda a documentação antiga oficial do governo, desde a criação da Capitania do Mato Grosso. Seu acervo iconográfico divide-se em acervo documental, acervo microfilme e acervo fotográfico.

Acervo fotográfico

O acervo fotográfico consta com 40.847 fotografias, 238.558 negativos e 152 diapositivos. Esse acervo é o único que abriga fundos pessoais, sendo:

- Fundo Jair Rodrigues de Carvalho: Negativos (acetato coloridos): 351; Fotografias (papel com revelação química): 351;
- Fundo Adelaide de Almeida Orro: Fotografias (variados suportes, coloridas e em P&B): 207;
- Fundo Antônio de Pádua Santos: Fotografias (gelatina e prata P&B): 6;
- Fundo Antonieta Ries Coelho: Fotografias (impressão sobre papel couchet P&B): 5;
- Fundo Ivo de Almeida Campos: Fotografias (gelatina e prata P&B): 2.

Dentro do site da instituição, inserida na aba “acervo” consta uma outra aba denominada “consulta ao acervo”. Porém nela apresenta-se uma foto da sala de consulta e algumas recomendações para a consulta presencial do acervo. Como instrumentos de pesquisa são oferecidos dois inventários, dos acervos cartográfico e de jornais. (SUPERINTENDÊNCIA DE ARQUIVO PÚBLICO DO MATO GROSSO, 2020).

O inventário que tem por nome acervo cartográfico apresenta um índice numérico dos documentos. Segue-se um registro descritivo apresentando título, escala, sinopse e localização de cada documento.

O outro instrumento de pesquisa, Índice de Jornais 1947 – 2020, apresenta inicialmente um sumário dividido por cidades do Estado do Mato Grosso, seguido por uma divisão para jornais nacionais e internacionais. Posteriormente, apresenta em ordem alfabética uma listagem dos jornais salvaguardados. Consta em seguida, uma planilha com a localização dos jornais separados por título e ano de produção.

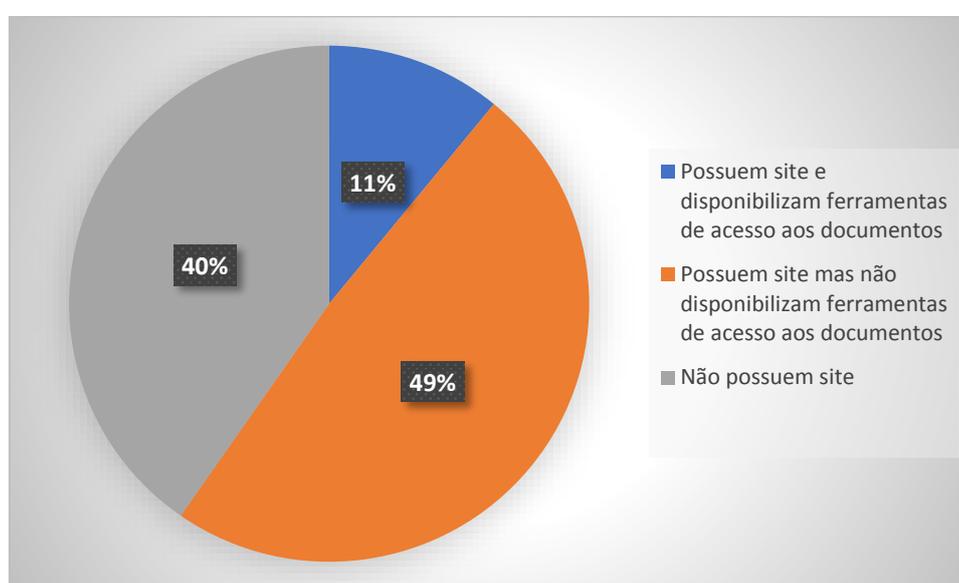
5.3 Região Sul

A desatenção por parte da administração pública a respeito das instituições de guarda arquivísticas não é um privilégio das regiões Norte e Centro-Oeste. Em regiões que possuem um espaço geográfico menor e são consideradas mais ricas, com maiores recursos, como por exemplo o Sul do Brasil, observa-se um comportamento semelhante.

O Sul do Brasil é composto por três Estados, são eles: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo informações do Conarq, a região conta com 119 entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, estando 13 no Estado do Paraná, 28 em Santa Catarina e 78 entidades no Estado do Rio Grande do Sul.

A quantidade de instituições oficialmente registradas, em uma região relativamente pequena, denota uma preocupação da sociedade em preservar a informação arquivística, e conseqüente, a matéria prima construtora da história e mantenedora da memória de seu povo. Entretanto, a mesma preocupação não se estende à questão do acesso ao conteúdo desses acervos, uma constante em todas as regiões analisadas nesse estudo.

Gráfico 1: Entidades Custodiadoras de acervos arquivísticos da Região Sul do Brasil



Fonte: site do Conarq

Observa-se no gráfico acima que, das 119 entidades custodiadoras registradas da região Sul, apenas 11% possuem um site que disponibiliza ferramentas, como catálogos e/ou inventários, que possam promover e facilitar a pesquisa científica e qualquer outro tipo de consulta por parte dos mais diferentes tipos de estudiosos potenciais. Na maioria dos casos, os sites disponíveis nos registros do Conarq não possuem nenhum campo específico para o acervo arquivístico da instituição, e uma outra parte considerável sequer possui site.

Dentre todas as entidades registradas e analisadas da região Sul, foi identificado que apenas 20 delas abrigam fundos pessoais em seus acervos, e apenas 9 apresentam algum instrumento de pesquisa que forneça acesso aos seus documentos. A existência dos demais fundos foi identificada através da sessão “descrição de acervo” disponível no site do Conarq. Salienta-se que nem todas as descrições dos acervos das instituições são preenchidas com detalhes suficientes para que se obtenha informações consistentes sobre o

conteúdo documental dos acervos arquivísticos. Como por exemplo, algumas descrições falam claramente que o acervo possui arquivos pessoais e citam quais os nomes dos fundos. Outras descrições mencionam apenas que o acervo foi construído partir da arrecadação de documentos privados doados por famílias. Esses documentos podem ou não terem pertencido a uma empresa dessa família, não necessariamente a um membro proeminente da mesma.

Quadro 3 – Entidades Custodiadoras da Região Sul do Brasil

INSTITUIÇÃO	QUANTITATIVO DE ARQUIVOS PESSOAIS CUSTODIADOS	FERRAMENTAS DE ACESSO	LINK DA INSTITUIÇÃO
Entidades Custodiadoras no Estado do Paraná			
Centro de Documentação e Memória da Unicentro	12	Inventário arquivístico do Fundo Romeu e Linda Crissi	https://www3.unicentro.br/cedoci/
Centro de Documentação e Pesquisa em História	16	Descrição bibliográfica em PDF do acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha	https://pitangui.uepg.br/cdph/
Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	1	Não apresenta ferramenta de acesso	http://www.arquivopublico.pr.gov.br/
Museu Histórico de Londrina "Pe. Carlos Weiss"	1	Apresenta um link direcionado ao Pergamum para pesquisa por item separado.	http://www.uel.br/museu/
Museu Paranaense	1	Não apresenta	http://www.museuparanaense.pr.gov.br/
Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL	24	Inventários dos fundos	http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/nucleo-de-documentacao-e-pesquisa-historica-da-uel.html
Entidades Custodiadoras no			

Estado de Santa Catarina			
Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina	Não identificado*	Não apresenta	https://arquifln.org.br/arquivo-historico/
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	Não identificado**	Índice onomástico	https://arquivodeblumenau.com.br/
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Não identificado***	Não apresenta	Não possui link
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	Não identificado**	Fichas descritivas	https://www.unochapeco.edu.br/ceom
Fundação Genésio Miranda Lins	Não identificado*	Não apresenta	https://fgml.itajai.sc.gov.br/
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina	Não identificado*	Não apresenta	https://www.ihgsc.org/
Entidades Custodiadoras no Estado do Rio Grande do Sul			
Arquivo Histórico Regional	2	Catálogos geral e detalhado.	https://www.upf.br/ahr
Biblioteca Municipal Gladstone Osório Mársic	1	Não apresenta	http://biblioteca.erechim.rs.gov.br/
Casa de Memória Edmundo Cardoso	3	Guia do arquivo. Registro de autoridade.	https://casamemoriaedmundo.wordpress.com/
Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Vera Chaves Barcellos	1	Não apresenta	http://fvcb.com.br/
Centro de Documentação e Pesquisa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Não identificado*	Não apresenta	https://www.chcsantacasa.org.br/conteudo/arquivo-historico/
Centro de Documentação Histórica da Universidade de Caxias do Sul	2	Não apresenta.	https://www.uces.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/centro-de-documentacao/
Instituto Histórico e Geográfico do	74		http://ihgrgs.org.br/

Rio Grande do Sul		Guia dos arquivos pessoais. 3 inventários.	
Instituto Memória Histórica e Cultural****	2	Não apresenta	https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/

Fonte: site do Conarq

* Identificou-se a existência de arquivos pessoais por informações da aba” descrição de acervo” na página do Conarq referente à esta entidade.

** Não possui uma lista identificando os fundos e a consulta à ferramenta disponível é impraticável devido à sua extensão e o curto prazo para a finalização deste estudo.

*** Entendeu-se a existência de arquivos pessoais devido a informações apresentadas na descrição de “missão Institucional~” na página do Conarq referente à esta entidade.

**** Apesar de estarem cadastradas separadamente, essa entidade corresponde ao mesmo acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade de Caxias do Sul.

Preservadas em arquivos, as informações são, de certa forma, mantidas prisioneiras de seu suporte original. Proporcionar acesso cada vez mais rápido para sua posterior disseminação e como um ato de libertá-las.

As informações antes armazenadas na memória do indivíduo, memórias estas que já foram construídas a partir de um contato com o ambiente no qual ele estava inserido, e que agora encontram-se depositadas em algum tipo de documento, devem ser preservadas e disponibilizadas, para que outros se apropriem delas e acabem por gerar outras memórias, pois estas, embora não deixem de existir individualmente, são essencialmente coletivas, segundo o teórico Maurice Halbwachs (1877-1945).

A partir do surgimento da escrita, a memória que antes era oral, passou a ser armazenada em documentos. Hoje sabemos que a definição de documento se modificou e agora se apresenta em variados suportes, muito além do gênero textual. E são esses documentos contendo todo o tipo de informações que a posteridade tem a responsabilidade de guardar e disseminar de forma efetiva, zelando para que a memória coletiva não seja perdida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em regiões geograficamente grandes, uma quantidade pequena de entidades custodiadoras. Em regiões com um espaço territorial menos abrangente, um grande volume de instituições arquivísticas registradas. Para além deste contraste, uma semelhança chama a atenção: a quase inexistência de políticas de acesso remoto ao conteúdo dos acervos preservados dentro das instituições.

A partir dessa pesquisa, conclui-se que, embora disponhamos hoje de uma extensa variedade de tecnologias da informação e comunicação, com a internet nos proporcionando conectividade em tempo real e pondo fim às fronteiras geográficas do conhecimento, o bom

e velho suporte de papel ainda resguarda informações de suma importância, sobretudo para estudos de cunho histórico.

Discorreu-se sobre a importância dos acervos pessoais, recolhidos às instituições públicas e particulares, e que possuem um vasto aparato informacional, o que solicita um olhar de melhor gerenciamento para promover maior acessibilidade a quem os busca como fonte de pesquisa.

As instituições de documentação e os arquivistas têm como responsabilidade recolher, preservar, organizar e disponibilizar os mais variados itens documentais para a sociedade. A Ciência da informação se insere com a incumbência de desenvolver estudos e aplicá-los afim de otimizar esses processos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

AZEVEDO NETO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26 – 39, jul. – dez. 2009.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos Pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2019.

CONARQ. Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. **Entidades custodiadoras nos Estados**, 2020. Disponível em: <http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/2.html>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/publico/2010_LuciaMariaVellosodeOliveira.pdf> Acesso em: 23 nov. 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso**, 2020. Disponível em: <http://www.apmt.mt.gov.br/>. Acesso em: 30 de mai. 2020.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso, Salvador, V. 5, n. 1, p. 66-84, abr 2011**. Disponível em:< <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665>> Acesso em: 25 nov. 2019

TRAVANCAS, Isabel (org.); ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Museu Amazônico**, 2020. Disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/>. Acesso em: 25 de mai. 2020.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. Os arquivos pessoais como objeto de pesquisa em arquivologia. In: **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. José Francisco Guelfi Campos (Org.); Associação de Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2019. Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%Aancias-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.